PROTOCOLO
Doc, Nº _____ recebi em 24/02/94
Ass: Sec, _____
Câmara Mun, de Eldorado do Carajás



LEI Nº 036/93.

REFORMULA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO CARAJÁS.

O Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás - Estado do Pará, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei Reformula o Código Tributário deste Município, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, e demais Leis Complementares, das Resoluçoẽs do Senado Federal e da Legislação Estadual nos limites de sua competência.

LIVRO PRIMEIRO

DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 2º - Integram o Sistema Tributário deste Município:

I - IMPOSTO

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis "Inter Vivos";

c) Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos;

d) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

II - TAXAS

a) Taxa de Serviços Públicos;

b) Taxa de Licença.

III - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

# TÍTULO I

## DOS IMPOSTOS

## CAPÍTULO I

## DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

### SEÇÃO I

### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 3º - A hipótese de incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessaõ física localizado na zona urbana do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O fato gerador do imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 4º - Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana a a definida e delimitada em lei municipal onde existam, pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construidos ou mantidos pelo Poder Público:

I - Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.

II - Abastecimento de água.

III - Sistema de esgotos sanitários.

IV - Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar.

V - Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (TRÊS) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, definidas e delimitadas em lei municipal, constantes de loteamentos pelos órgaõs competentes e destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, localizados fora da zona referida.

§ 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano índice sobre o Imóvel localizado dentro da zona urbana, independentemente de sua área ou do seu destino.

Art. 5º - O bem imóvel, para os efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

a) Sem edificação.

b) Em que houver construção paralisado ou em andamento.

c) Em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição.

d) Cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situaçoẽs do parágrafo anterior.

Art. 6º - A incidência do imposto independe:

I - Da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

II - Do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel.

III - Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 7º - Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

§ 1º - Para os fins deste artigo, equiparam-se ao contribuinte o prominente comprador e imitido na posse e os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário.

§ 2º - Conhecidos o proprietário ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência aqueles e não a este, dentre aqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 3º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao imposto dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será responsável pelo tributo aquele que estiver na posse do imóvel.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 8º - A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem imóvel.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os fins deste artigo, considera-se valor venal:

I - No caso de terrenos não edificados, em construção, em ruínas ou em demolição, o valor da terra nua.

II -Nos demais casos: o valor da terra e da edificação, considerados em conjunto.

Art. 9º - O valor venal do bem imóvel será conhecido:

I - Tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor de metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados corretivos de componentes da construção, pela metragem da construção, somado o resultado ao valor do terreno, observada a tabela ou valores de construção.

II - Tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terreno.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

C.G.C. 84.139.633/0001-75

Adm. VICENTE CORRÊA

§ 1º - A porção de terra contínua com mais de 10.000 M2 (DEZ MIL METROS QUADRADOS), situado na zona urbanizável ou de expansão urbana do Município, é considerada gleba e terá seu valor venal reduzido a 30% (TRINTA POR CENTO), de ac[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO

Art. 13 - O lançamento do imposto será anual e feito pela autoridade administrativa à vista dos elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo Fisco.

Art. 14 - Cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, será objeto de lançamento isolado, que levará em conta a sua situação á época da ocorrência do fato gerador e reger-se-á pela lei então vigente ainda que posteriormente modificada ou renovada.

Art. 15 - Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários. Em se tratando, porém, de condomínio cujas unidades, nos termos da lei civil constituem propriedades autônomas, o imposto será lançado em nome individual dos respectivos proprietários nas unidades.

Art. 16 - O lançamento do imposto não ímplica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

SEÇÃO V

DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Art. 17 - A inscrição no Cadastro Imobiliários Fiscal será promovida pelo Contribuinte ou Responsável na forma e nos prazos regulamentares, ainda quando seus titulares não estiverem sujeitos ao imposto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Até o dia 10 (DEZ) de cada mês os Cartórios enviarão ao Cadastro Imobiliário Fiscal, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicaçoẽs de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de

enfiteuse,anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbaçoẽs, inscriçoẽs ou transcriçoẽs realizados no mês anterior.

SEÇÃO VI

ARRECADAÇÃO

Art. 18 - O imposto será pago de uma só vez ou parceladamente, na forma e prazos edefinidos em regulamento.

§ 1º - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única obterá 10% (DEZ POR CENTO) de desconto.

§ 2º - O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vencidas.

Art. 19 - Quando o adquirente da posse, domínio útil ou proprietário de bem imóvel já lançado for pessoa imune ou isenta, vencerão antecipadamente as prestaçoẽs vincendas relativas ao imposto parcelado, respondendo por elas o alienante, ressalvado o disposto no ítem V do art. 20.

SEÇÃO VII

ISENÇOẼS

Art. 20 - Fica isento do imposto o bem imóvel:

I - Pertencente a particular, quanto a fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias.

II - Pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais.

III - Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituiç~o sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação,defesa,elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo.

IV - Pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado' ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esporti - vas.

V - Declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo Poder desapropriador.

VI - Cujo valor do imposto não ultrapasse a 5% (CINCO POR CENTO) do valor da Unidade Fiscal deste Município.

## CAPÍTULO II

## DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS "INTER VIVOS"

### SEÇÃO I

### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 21 - A hipótese da incidência do Imposto é a Transmissão "in - ter vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens ' imóveis, por natureza ou acessão física de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Art. 22 - O imposto não incidirá sobre transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo anterior quando:

I - Efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nela subscrito;

II - Decorrente de incorporação ou da fusão de uma pessoa' jurídica por outra ou com outra.

PARÁGRAFO ÚNICO - O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, de bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica a que foram conferidas.

Art. 23 - O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pes-

soa jurídica tenha como atividade prepoderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 24 - O contribuinte do Imposto é o proprietário a qualquer título, do Bem ou Direito na operação tributada.

SEÇÃO III

DA BASE DO CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 25 - A base do cálculo do Imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 26 - A aliquota do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis "inter vivos" obedecerá a Tabela anexa a esta Lei.

Art. 27 - A avaliação do Bem será efetuado por avaliador Municipal, na forma e meio que o regulamento determinar.

SEÇÃO IV

ARRECADAÇÃO

Art. 28 - O valor do imposto será pago através de guia própria preenchida pelo sujeito passivo, na Rede Bancária Credenciada ou na Tesouraria da Prefeitura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento do imposto precede o ato da transmissão.

Art. 29 - Compete a este Município a cobrança do imposto sobre o imóvel situado em seu território, ainda que a transmissão resulte da sucessão aberta no estrangeiro.

SEÇÃO V

ISENÇOÊS

Art. 30 - Estão isentos do pagamento do imposto a transmissão "inter vivos" as operaçoês relativas a imóveis destinados a sociedade civil sem fins lucrativos, para o exercício de

atividades Educacionais, Culturais, Recreativas, Esportivas e de Saúde.

## CAPÍTULO III

## DO IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

### SEÇÃO I

### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 31 - Constitui hipótese da incidência do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, a venda de combustíveis líquidos e gasosos efetuada a varejo, por estabelecimento que promova a sua comercialização.

Art. 32 - Para fins da incidência do imposto são considerados:

I - Combustíveis líquidos e gasosos: gasolina automotiva, gasolina de avião, querosene iluminante, querosene de avião, gás liquefeito de petróleo ou gás de cozinha e álcool etílicio para fins carburante, aditivos para combustível e substância para mistura em querosene, gasolina automotiva, gasolina de avião ou álcool.

II- Venda a varejo: a realizada a consumidor final, por pessoas física ou jurídica, independentemente da forma do fornecimento e do acondicionamento do combustível.

III - Estabelecimento: o local de comercialização do produto, edificado ou não, inclusive veículos utilizados para distribuição, onde o contribuinte exerça, em caráter permanente ou temporário, o comércio dos produtos alcançados pela incidência do imposto.

Art. 33 - Equipara-se ao ítem II do artigo anterior, a saída de combustível líquido ou gasoso de qualquer estabelecimento de contribuinte, destinado a consumidor final, exceto as operaçoẽs tratadas no artigo 44.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 34 - Contribuinte do imposto é qualquer pessoa física ou jurídica, que promover a venda de combustível líquido ou gasoso' a consumidor final, neste Município.

Art. 35 - Supletivamente é responsável pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária, o distribuidor do produto, ' devido pelo vendedor, novarejo, de combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 36 - Sem prejuizo de outra hipótese prevista na legislação é ' responsável pelo pagamento do imposto:

I - O leiloeiro em relação ao imposto incidente sobre a venda de combustível tributável decorrente de arrematação' em leilão, por consumidor final.

II - Armazém geral e/ou estabelecimento congênere:

a) Na saída, para estabelecimento ou residência de consumidor final, de combustível tributável depositado' por contribuinte de outro Município;

b) Na saída de combustível tributável através de documentação fiscal inidônea;

III - O transportador em relação ao combustível tributável:

a) Proveniente de outro Município para entrega, a destinatário não designado, neste Município;

b) Que aceitar transportar sem a documentação fiscal ' ou acompanhado de documentação inidônea;

SEÇÃO III

A BASE DE CÁLCULO

Art. 37 - A base de cálculo do imposto é o preço da venda, do combustível líquido ou gasoso, novarejo,incluidas as despesas ' adicionais debitadas pelo vendedor ao comprador.

PARÁGRAFO ÚNICO - O montante do imposto integra a base de cálculo' a que se refere este artigo, constituido o respectivo destaque mera indicação do ônus tributário incidente sobre a operação.

Art. 38 - Para cálculo do imposto, aplicar-se-á ao preço definido' pelo artigo 37 as alíquotas constante da tabela anexa a esta Lei.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO

Art. 39 - O valor do imposto a recolher será apurado quinzenalmente e pago através da gui "Documento de Arrecadação Municipal" - DAM - ou de guia específica, na forma do Regulamento.

SEÇÃO V

DO CADASTRO

Art. 40 - O cadastro do contribuinte do Imposto Municipal sobre Venda de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo, será formado pelos dados da Inscrição e respectivas alteraçoẽs ' promovidas pelo sujeito passivo, além dos elementos obtidos pela fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para formação do Cadastro de que trata este artigo, poderão ser utilizados dados do cadastro de contribuintes mobiliários.

SEÇÃO VI

DOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 41 - O contribuinte do imposto deverá manter, em cada um de seus estabelecimentos, obrigados a inscrição, escrita ' fiscal destinada ao registro das operaçoẽs realizadas, ' mesmo se não tributadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Regulamento estabelecerá os modelos de livros' fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda dispor sobre a dispensa ou a

obrigatoriedade da manutenção de determinados livros, em função da ' natureza do estabelecimento.

Art. 42 - O contribuinte fica obrigado a emissão de Notas Fiscais referente a comercialização do produto.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Regulamento poderá dispensar, da emissão de Notas Fiscais, determinados tipos de estabelecimentos, ' substituindo-se por mapas de controle das vendas ' realizadas diariamente.

SEÇÃO VII

DA ARRECADAÇÃO

Art. 43 - O imposto será pago pelo contribuinte na Tesouraria da Prefeitura ou nos Bancos autorizados, obedecendo os seguintes prazos:

I - Até o dia 25 (VINTE E CINCO) o imposto apurado na 1ª ( (primeira) quinzena do mês de ocorrência do fato gerador.

II - Até o dia 10 (DEZ) do mês subsequente o imposto apurado na 2ª (segunda) quinzena do mês de ocorrência do fato gerador.

SEÇÃO VIII

ISENÇÕES

Art. 44 - Fica isento do imposto sobre venda de combustíveis líquidos e gasosos e varejo, a venda do óleo combustível(óleo diesel).

CAPÍTULO IV

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 45 - A hipótese de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é a prestação de serviço constante da lista' do art. 47 por empresa ou profissional autonômo, independentemente:

a) Da existência de estabelecimento fixo.

b) Do resultado financeiro do exercício da atividade.

c) Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar.

d) Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

Art. 46 - Para os efeitos de incidência do imposto, considera-se local da prestação do serviço:

I - O do estabelecimento prestador.

II - Na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador.

III - O local da obra, nocaso de construção civil.

Art. 47 - Sujeitam-se ao imposto os serviços de:

1 - Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultrasonografia, tomografia e congêneres.

2 - Hospitais, clínicas, sanatórios, ambulatórios, prontosocorros, manicômios, casas, de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.

3 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.

4 - Enfermeiros, obstretas, ortopticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).

5 - Assistência médica e congêneres nos itens 1,2 e 3 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.

6 - Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluida no ítem 5 desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

7 - Médicos veterinários.
8 - Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.
9 - Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.
10 - Barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, tratamento de pele, depilação e congêneres.
11 - Banhos, duchas, sauna, massagens, ginástica e congêneres.
12 - Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.
13 - Limpeza e dragagem de portos, rios e canais.
14 - Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive' vias públicas, parques e jardins.
15 - Desinfecção, imunização, higienização, desratização e ' congêneres.
16 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos.
17 - Incineração de resíduos quaisquer.
18 - Limpeza de chaminés.
19 - Saneamento ambiental e congêneres.
20 - Assistência técnica.
21 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros ítens desta lista.
22 - Planejamento, coordenação, programação ou organização ' técnica, financeira ou administrativa.
23 - Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informaçoẽs, coleta e processamento de dados de qualquer ' natureza.
24 - Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congênres.
25 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
26 - Traduçoẽs e interpretaçoẽs.
27 - Avaliação de bens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

28 - Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres.

29 - Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza.

30 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.

31 - Execução por administração, empreitada, ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras' semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam ' sujeitas ao ICM).

32 - Demolição.

33 - Reparação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias ' produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICM).

34 - Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, pescaria, ' estimulação e outros serviços relacionados com a exploração do petróleo e gás natural.

35 - Florestamento e reflorestamento.

36 - Escoramento e contenção de encostos e serviços congêneres

37 - Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICM).

38 - Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias.

39 - ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer grau ou natureza.

40 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposiçoes, congressos e congêneres.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

41 - Organização de festas e recepçoes; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao ICM).

42 - Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios.

43 - Administração de fundos mútuos(exceto a realizada por instituiçoes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

44 - Agenciamento, corretagem ou intermedição de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada.

45 - Agenciamento, corretagem ou intermedição de títulos quaisquer' (exceto os serviços executados por instituiçoes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

46 - Agenciamento, corretagem ou intermedição de direitos da propriedade industrial, artística ou literária.

47 - Agenciamento, corretagem ou intermedição de contratos de franquia(franchise) e de faturação (factoring) (excetuando-se os ' serviços prestados por instituiçoes financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central).

48 - Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excurssoes, guias de turismo e congêneres.

49 - Agenciamento, corretagem ou intermedição de bens imóveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47.

50 - Despachantes.

51 - Agentes da propriedade industrial.

52 - Agentes da propriedade artística ou literária.

53 - Leilão.

54 - Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros?; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados ' por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro.

55 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e quarda ' de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituiçoes financeiras autorizadas pelo Banco Central).

56 - Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres.

57 - Vigilância ou segurança de pessoas e bens.

58 - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município.

59 - Diversoẽs Públicas:

a) Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversoẽs, "taxi dancings" e congêneres.

b) Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos.

c) Exposiçoẽs, com cobrança de ingresso.

d) Bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio.

e) Jogos eletrônicos.

f) Competiçoẽs esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão.

g) Execução de música, individualmente ou por conjuntos.

h) Couver artistico.

60 - Distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartoẽs, poules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios.

61 - Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados(exceto transmissoẽs radiofônicas ou de televisão).

62 - Gravação e distribuição de filmes e "video-tapes".

63 - Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora.

64 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação cópia, reprodução e trucagem.

65 - Produção, para terceiros, mediante ou não encomenda prévia, de espetáculos e congêneres, para uso no rádio ou na televisão.

66 - Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pe-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

lo usuário final do serviço.

67 -Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes que fica sujeito ao ICM).

68 - Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objetos(exceto' o fornecimentos de peças e partes, que fica sujeito ao ICM).

69 - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas ' pelo prestador de serviço fica sujeito ao ICM).

70 - Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final.

71 - Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, ' corte, recorte, polímento, plastificação, acondicionamento e congêneres de objetos não destinados à industrialização ou ' comercialização.

72 - Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado.

73 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente por ' ele fornecido.

74 - Montagem industrial, prestados ao usuário final do serviço , exclusivamente com material por ele fornecido.

75 - Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos' e outros papéis, plantas ou desenhos.

76 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia,' litografia e fotolitografia.

77 - Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

78 - Locação de bens imóveis inclusive arrendamento mercantil.

79 - Funerais.

80 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo' usuário final, exceto aviamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

81 - Tinturaria e Lavanderia.

82 - Taxidermia.

83 - Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos' por ele contratados.

84 - Propagandas e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão,reprodução ou fabricação).

85 - Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão).

86 - Serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou ' aeroporto; atracação; capatazia, armazanagem interna, externa' suprimento de água. serviços acessórios, movimentação de mercadorias fora do cais.

87 - Advogados.

88 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agronomos.

89 - Dentistas.

90 - Economistas.

91 - Psicólogos.

92 - Asistentes Sociais.

93 - Cobrança de recebimentos por conta de terceiros, inclusive protextos de títulos, sustação de protesto, devolução de títulos' não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança de recebimento. Deste ítem abrange também os serviços' prestados por instituiçoẽs financeiras autorizadas pelo Banco ' Central.

94 - Relaçoẽs Públicas.

95 - Instituiçoẽs financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Cen

tral: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques; emissão de cheques administrativos, transferência de fundos; devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito por qualquer meio; emissão e renovação de cartoẽs magnéticos, consultas em terminais eletrônicos; pagamentos ' por conta de terceiros, inclusive de feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamento e extrato de conta; emissão de carnês; (neste ítem não será abrangido o ressarcimento, à instituiçoẽs financeiras e teleprocessamento necessário à prestação de serviços).

96 - Transporte de natureza estritamente municipal.

97 - Comunicaçoẽs telefônicas de uma para outro aparelho dentro ' do mesmo Município.

98 - Hospedagem em hotéis, motéis, congêneres ( o valor da alimentação quando incluido no preço da diária fica sujeito ao imposto sobre serviços).

99 - Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.

§ 1º - Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista, mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada ítem, e desde que não constituem hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

§ 2º - A incidência do imposto tratado neste artigo não alcança ' as exportaçoẽs de serviços para o exterior.

SEÇÃO II

DO CONTRIBUINTE

Art. 48 - Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não são contribuintes os que prestam serviços ' em relação de emprego, os trabalhadores avulsos os diretores e membros do conselho consultivo '

ou fiscal de sociedades.

Art. 49 - Será responsável pela retenção e recolhimento do imposto, todo aquele que, mesmo incluído nos regimes de imunidade' ou isenção, se utilizar de serviços de terceiros, quando:

I - O prestador do serviço, sendo empresa, não tenha fornecido nota fiscal ou outro documento permitido, contendo no mínimo, seu endereço e número de inscrição ' no cadastro de atividades econômicas.

II - O serviço for prestado em caráter pessoas e o prestador, profissional autonômo ou sociedade de profissionais, não apresentar comprovante de inscrição na cadastro de atividades econômicas.

III - O prestador do serviço alegar e não comprovar imunidade ou isenção.

PARÁGRAFO ÚNICO - O responsável pela retenção dará ao prestador do serviço o respectivo comprovante de pagamento do imposto.

Art. 50 - A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo.

Art. 51 - Para os efeitos deste imposto considera-se:

I - Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviços.

II - Profissional autônomo - toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço.

III - Sociedade de profissionais - sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizada para a prestação de qualquer dos serviços relacionados nos itens 1,2,3,5,6,10,11 e 16 da lista do art. 47, que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe.

IV - Trabalhador avulso - aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hiérarquica, mas sem visculação empregatícia.

V - Tabalho pessoal - aquele, material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física; não o desqualifica nem descaracteriza a contratação de empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes da essência do serviço.

VI - Estabelecimento prestador - local onde sejam planejados, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação de sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizados.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 52 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, sobre o qual se aplicará a correspondente alíquota, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - Quando o serviço for prestado em caráter pessoal será tomado como base de cálculo a Unidade Fiscal do Município, conforme a Tabela.

II - Quando os serviços a que se refere os itens 1,2,3,5, 6, 10, 11 e 16 da lista forem prestados por sociedades profissionais, estas ficarão sujeitas ao imposto, tomando-se como base para cálculo o valor da Unidade Fiscal do Município, por profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade

pessoal.

III - Nas prestação de serviços a que se referem os itens' 18, 19 e 20 da lista, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:

a) Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

b) Ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

§ 1º - Os serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens' da lista por serem várias as atividades, serão tributados pela atividade gravada com a alíquota mais elevada.

§ 2º - As empresas prestadoras de mais de um tipo de serviços enquadráveis na lista, ficarão sujeitas ao imposto apurado através da aplicação de cada uma das alíquotas sobre a receita' da correspondente atividade tributável.

§ 3º - Não sendo possível ao fisco estabelecer a receita específica de cada uma das atividades de que trata o parágrafo anterior por falta de clareza na sua escrituração, será aplicada a maior alíquota dentre as cabíveis, sobre o total da receita auferida.

Art. 53 - Preço do serviço, para fins deste imposto, é a receita bruta a ele correspondente, incluidos ai os valores acrescidos, os encargos de qualquer natureza, os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a crédito, o total das subempreitadas de serviços não tributados, fretes, despesas, tributos, e outros.

§ 1º - Não se incluem no preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos não sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

§ 2º - A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do Contribuinte.

Art. 54 - Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sempre que:

I - O contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada.

II - O contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória.

III - Ocorrer fraude, sonegação ou omissão de dados julgados indispensáveis ao lançamento ou se o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Fiscal.

IV -Sejam omissas ou não mereçam fé as declaraçoẽs, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo contribuinte.

V - O preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado.

Art. 55 - Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por uma comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo titular da Fazenda Municipal, levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I - Os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condiçoẽs semelhantes.

II - Os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração.

III - As condiçoẽs próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) Valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período.

b) Folha de salários pagos, honorários de diretores, retiradas de sócios ou gerentes.

c) Aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados, ou, quando próprios, o valor dos mesmos.

d) Despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 56 - As alíquotas do imposto são fixadas na tabela do Anexo III deste Código.

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 57 - O imposto será lançado:

I - Uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades de profissionais.

II - Mensalmente, mediante lançamento por homologação, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art. 58 - Durante o prazo de cinco anos de que a Fazenda Pública dispõe para constituir o crédito tributário, o lançamento poderá ser revisto, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco, os livros e documentos de exibição obrigatória.

Art. 59 - A autoridade Administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do imposto por estimativa:

I - Quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário.

II - Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização.

III - Quando o contribuinte não tiver condições de emitir

documentos fiscais.

IV -Quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico.

V - Quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária, aplicadas, nocaso, as penalidades cabíveis.

Art. 60 - O valor do imposto lançado por estimativa levará em consideração:

I - O tempo de duração e a natureza específica da atividade.

II - O preço corrente dos serviços.

III - O local onde se estabelece o contribuinte.

Art. 61 - A qualquer tempo a Administração poderá rever os valores estimados, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 62 - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão a critério da autoridade administrativa, ficar dispensados do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 63 - O regime de estimativa será suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, desde que não mais prevaleçam as condiçoẽs que originaram o enquadramento.

Art. 64 - Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo,apresentar reclamaçoẽs contra o va

lor estimado.

Art. 65 - O lançamento do imposto não implica em reconhecimento ou' regularidade do exercício de atividade ou da legalidade ' das condiçoẽs do local, instalaçoẽs, equipamentos ou obras.

SEÇÃO V

DO CADASTRO

Art. 66 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitualmente, qualquer das atividades relacionadas ao art. 47, ficam obrigadas à inscrição e atualização dos respectivos dados, no cadastro'' de contribuinte do imposto sobre serviços.

§ 1º - A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma e nos prazos estipulados no regulamento, ainda quando seu titular seja imune ou isento do imposto.

§ 2º - O contribuinte é obrigado a comunicar a cassação da atividade à repartição fiscal competente, no prazo e na forma do regulamento.

SEÇÃO II

DOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 67 - Os contribuintes do imposto sobre serviços sujeitos ao regimento de lançamentos por homologação, ficam obrigados ' a:

I - Manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda quando não tributáveis.

II - Emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela legislação, por ocasião da prestação ' dos serviços.

§ 1º - O regulamento definirá o modelo de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo ' contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 2º - Nenhum livro da escrita fiscal poderá ser utilizado sem prévia autenticação pela repartição competente.

§ 3º - Os livros e documentos de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 4º - O regulamento disporá sobre a adoção de documentação simplificada, no caso de contribuintes de rudimentar organização.

§ 5º - O Poder Executivo poderá autorizar a Administração a adotar complementar ou em substituição, quando forem insatisfatórios os elementos da documentação regular, instrumentos e documentos especiais que possibilitem a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

SEÇÃO VII

DA ARRECADAÇÃO

Art. 68 - O imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

§ 1º - Tratando-se de lançamentos de ofício previsto no inciso I do artigo 57, o prazo para pagamento é o indicado na notificação.

§ 2º - O imposto correspondente a serviço prestado na forma do II do artigo 57, independentemente do pagamento do preço ser efetuado à vista ou em prestaçoẽs, será recolhido até o dia 05 do mês subsequênte à sua efetivação mediante o preenchimento de guias especiais, por iniciativa do próprio contribuinte.

Art. 69 - No recolhimento do imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I - Serão estimados o valor dos serviços tributáveis e do imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestaçoẽs mensais, se de valor superior a 50 UFM.

II - Findo o exercício ou o período de estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada, ou tendo direito a restituição do imposto pago a mais.

III - As diferenças verificadas entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido serão recolhidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, ou restituídos ou compensados no mesmo prazo, contado da data do requerimento do contribuinte.

Art. 70 - Sempre que o volume ou modalidade dos serviços, o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigaçoẽs tributárias, a Administração poderá, a requerimento do interessado, sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do imposto.

SEÇÃO VIII

ISENÇOẼS

Art. 71 - Respeitadas as isençoẽs concedidas por lei específica, são também isentos do imposto, os serviços:

a) Prestados por engraxates ambulante e lavadeiras;

b) Prestados por associaçoẽs culturais;

c) De diversão pública com fins beneficientes ou considerados de interesse de comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

TÍTULO II

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DOS CONTRIBUINTES

Art. 72 - A taxa de serviços públicos tem como hipótese de incidência, a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos municipais prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, relativos a:

I - Limpeza pública e conservação de vias e logradouros' públicos;

II - Iluminação pública.

Art. 73 - A taxa de limpeza pública e conservação de vias e logradouros públicos, abrange as atividades de coleta de lixo domiciliar de estabelecimentos industriais, comerciais ' de prestaçoẽs de serviços, varrição ou limpeza e lavagem das vias e logradouros públicos, limpeza de bueiros, galerias de águas pluviais, corregos, capinação de leito ' das ruas, raspagem do leito corroçável, com uso de ferramentas ou máquinas, conservação e reparação do calçamento, recondicionamento do meio-fio, melhoramento ou manutenção de "Mata-Buros", acostamentos, sinalização e similares, desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos, sustentação e fixação, de encostos laterais, remoção de barreiras, fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos, manutenção de lagos e fontes, exercidas, em conjunto ou isoladamente, pela municipalidade.

Art. 74 - Não estão contidos nos serviços de limpeza pública, as ' remoçoẽs de resíduos e detritos industriais, galhos de ' árvores, retirada de entulhos e lixo, realizado em horário especial por solicitação do interessado.

Art. 75 - A taxa de iluminação pública é devida em razão dos serviços de iluminação pública nas vias e logradouros públicos e compreende a ligação da rede distribuidora de ener

gia elétrica, a colocação de postes de iluminação, de medidores, limpeza e inspeção das lâmpadas, de transformadores e dos materiais utilizados, a conservação, a substituição de partes de equipamentos e a inspeção de circuitos.

Art. 76 - Contribuinte da taxa de serviços públicos é o proprietário o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer' título de imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços referidos.

SEÇÃO II

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 77 - A base de cálculo da Taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição e dimensionados, para cada caso, da seguinte forma:

I - Em relação ao serviço de limpeza pública e conservação de vias e logradouros públicos para cada imóvel' considerado, com aplicação das seguintes alíquotas ' sobre o valor da Unidade Fiscal do Município:

Residência .....80%
Comércio .....90%
Serviços ..... 120%
Indústria ..... 120%
Hospitais e Congêneres ..... 100%
Agropecuária ..... 100%
Outros ..... 90%

II - Em relação aos serviços de iluminação pública, aplicando-se a alíquota de 40% sobre o valor da Unidade' Fiscal do Município, para cada imóvel considerado, ' ficando isento de pagamento os consumidores de baixa renda cujo consumo mínimo mensal for de até (30) trinta KWH.

SEÇÃO III

LANÇAMENTO

Art. 78 - A Taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário Fiscal, podendo os prazos e formas assinalados para pagamento, coincidirem, a critério da Administração, com os do imposto predial e territorial urbano.

SEÇÃO IV

ARRECADAÇÃO

Art. 79 - A Taxa será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazo regulamentares.

Art. 80 - O Poder Executivo Municipal, poderá celebrar convênio com a empresa concessionária de energia elétrica, visando a cobrança do serviços de iluminação pública, quando se tratar do imóvel edificado, mediante autorização legislativa.

OK

CAPÍTULO II

DA TAXA DE LICENÇA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DOS CONTRIBUINTES

Art. 81 - A taxa de licença é devida em decorrência da atividade da Administração Pública que, no exercício regular do poder de polícia do Município, regula a prática do ato ou obstenção do fato em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, à tranquilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.

§ 1º - O alvará de licença conterá os seguintes elementos característicos:

I - Nome da pessoa física ou jurídica a quem for concedido;

II - Local do estabelecimento ou do funcionamento da atividade;

III - Ramo do negócio ou da atividade;

IV - Restruçoẽs;

V - Número de inscrição no orgão fiscal competente;

VI - Horário de funcionamento;

VII - Tipo de licença concedida.

Art. 82 - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condiçoẽs que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinaçoẽs da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

Art. 83 - As atividades múltiplas exercidas num mesmo estabelecimento, sem delimitação de espaço, por mais de um contribuinte, são sujeitas as licenciamento e à taxa, isoladamente, nos termos do § 1º do art. 81.

Art. 84 - Fora do horário normal, admitir-se-á o funcionamento de estabelecimento, mediante prévia licença extraordinária, na forma do regulamento e pelo período solicitado, nas seguintes modalidade:

I - De antecipação;

II - De prorrogação;

III - De dias executados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento da taxa relativa à licença para funcionamento extraordinário abrangerá qualquer das modalidades referidas no "caput" deste artigo, ou todas elas em conjunto, conforme o pedido feito pelo contribuinte e os limites estabelecidos no regulamento.

Art. 85 - A taxa de licença para publicidade será devida pela atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização a que se submeter qualquer pessoa ou pretende utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, se

ja em vias e logradouros públicos, ou em locais visí-veis ou de acesso ao público, nos termos do regulamento.

§ 1º - A licença para publicidade será válida pelo período constante do Alvará.

§ 2º - Não se considera publicidade, expressoẽs de indicação, tais' como: tabuletas indicativas de sítios, gramjas, fazendas, ' hospitais, ambulatórios, pronto-socorro; nos locais de construção, as placas indicativas dos nome dos engenheiros, firmas e arquitetos responsáveis pelo projeto ou pela execução' de obra pública ou particular.

Art. 86 - São sujeitos à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento da taxa de licença para execução de obras, a construção, reconstrução, reforma, reparo ou muros, assim como o arruamento ou loteamento de terrenos e quaisquer outras ' obras em imóveis, ressalvados os casos do art. 96 desta ' Lei.

§ 1º - A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 2º - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão, e complexidade da obra, e será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo estabelecido' no alvará.

§ 3º - Se insuficiente para a execução do projeto o prazo concebido no alvará, a licença poderá ser prorrogada, a requerimento ' do contribuinte.

Art. 87 - O abate de animais destinado ao consumo público quando ' não for feito em Matadouro Municipal, só será permitido ' mediante licença da Prefeitura paga em dobro e precedida' de inspeção sanitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A arrecadação da taxa de que trata este artigo, '

será feita no ato da concessão da respectiva licença, ou relativamente a animais cujo abate tenha ocorrido em outro Município, no ato da reinspeção sanitária para distribuição local.

Art. 88 - A taxa por ocupação de áreas em terrenos ou vias e logradouros públicos tem como fato gerador a utilização de espaços nos mesmos, com finalidade comercial ou de prestação de serviços, tenham ou não os usuários instalaçoẽs de qualquer natureza.

§ 1º - A utilização será sempre precária e somente será permitida quando não contrariar o interesse público.

§ 2º - A taxa será cobrada de acordo com a tabela anexa a esta Lei, nos termos do Regulamento.

Art. 89 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício de atividades ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 81 desta Lei.

SEÇÃO II

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 90 - A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, para cada licença, mediante a aplicação da tabela anexa a esta Lei, tomando por base o valor da Unidade Fiscal deste Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - A taxa de renovação anual corresponderá a 80% do valor estabelecido para o exercício corrente.

Art. 91 - O estabelecimento que mantenha atividades diversas no mesmo local, sem delimitação física de espaço, sendo de propriedade do mesmo contribuinte, será sujeito ao pagamento da taxa pela atividade de maior alíquota, acrescida de 10% (dez por cento) desse valor para cada uma das atividades.

Art. 92 - A taxa de publicidade incidente sobre anúncios de bebidas alcóolicas e cigarros, bem como os redigidos em língua estrangeira, será cobrada com uma alíquota adicional de 30% (trinta por cento) sobre o valor da respectiva tabela.

SEÇÃO III

LANÇAMENTO

Art. 93 - A taxa de licença será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte existentes no Cadastro, complementados, se necessário, por outros constatados no local.

§ 1º - A taxa será lançada em relação a cada licença requerida ou constatação de funcionamento de atividade e ela sujeita.

§ 2º - O contribuinte é obrigado a comunicar à repartição própria do Município, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, quaisquer ocorrências relativas ao seu estabelecimento que importem em alteração da razão ou do ramo de atividade, ou alterações físicas do estabelecimento.

SEÇÃO IV

ARRECADAÇÃO

Art. 94 - A taxa de licença, em todas as modalidades do artigo 81, será arrecadada antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, mediante guia oficial preenchido pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos neste Código.

§ 1º - Quando da prorrogação da licença para execução de obras, a taxa será devida em 50%(cinquenta por cento) do valor da tabela.

§ 2º - Poderá ser autorizado o parcelamento da taxa de licença em todas as modalidades, ficando sujeito a atualização do tributo, com base na variação do valor da UFM, as parcelas pagas após o vencimento.

SEÇÃO V

ISENÇOÊS

Art. 95 - São isentos do pagamento de taxas de licença:

I - Os vendedores ambulantes de jornais e revistas;

II - Os engraxates ambulantes;

III - Os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

IV - A construção de muros de arrimo ou de muralhas, de sustentação, quando no alinhamento da via pública, assim como de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura.

V - As construçoês provisórias destinadas a guarda de material, quando no local de obras já licenciadas;

VI - As obras realizadas em imoveis de propriedade da União, do Estado e de suas autarquias;

VII - A limpeza ou pintura, externa ou interna, de edifícios, casas, muros ou grades.

VIII - As associaçoês de classe, associaçoês religiosas, clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;

IX - Os parques de diversoês com entrada gratuita.

X - Os dizeres relativos a propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividades da administração pública.

XI - Os cegos, mutilados e os incapazes permanente, que exerçam o comércio eventual e ambulante em terrenos, vias e logradouros públicos.

TÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPITULO ÚNICO

SEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

Art. 96 - A hipótese de incidência da Contribuição de Melhoria é o benefício recebido por imóvel, em razão de obras pública.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 97 - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil, ou o possuidor a qualquer título, do imóvel beneficiado.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO

Art. 98 - A Contribuição de Melhoria terá como limite total a despesa realizada.

PARAGRAFO ÚNICO - Para efeito de determinação do limite total serão computadas as despesas de estudo, projeto, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos, cujo valor será atualizado à época de lançamento, se for o caso.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO

Art. 99 - Concluída a obra ou etapa(e ouvida previamente comissão municipal para tal fim nomeado), o Executivo publicará relatório contendo:

a) Relação dos imóveis beneficiados pela obras;

b) Parcela da despesa total a ser custeada pelo tributo, levando-se em conta os imóveis do Município e suas autarquias.

c) Forma e prazo de pagamento.

Art. 100 - O lançamento será efetuado após a conclusão da obra ou etapa.

§ 1º - A parcela da despesa total da obra a ser custeada pelo tributo, será rateada entre os imóveis beneficiados, na proporção de suas áreas.

§ 2º - Quando se trata de obras realizadas por etapas, o tributo ' poderá ser lançado em relação aos imóveis efetivamente beneficiados em cada etapa.

Art. 101 - O lançamento será procedido em nome do contribuinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de condomínio:

a) Quando pró-indiviso, em nome de qualquer um ' dos coproprietários, titulares do domínio ' útil ou possuidores;

b) Quando pró-diviso, em nome do proprietário, ' do titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

SEÇÃO V

DO PAGAMENTO

Art. 102 - O poder Executivo fica autorizado a parcelar o pagamento deste tributo em até três vezes com base na UFM do dia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Terá direito a um desconto de 20%(vinte por cento) o contribuinte que pagar a vista.

Art. 3º103 - O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado em até 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.

TÍTULO I

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 104 - A expressão "Legislação Tributária" compreende as Leis, os decretos e as normas complementares que ser em, no todo ou em parte, sobre tributos e as relaçoẽs jurídi - cas a eles pertinentes.

Art. 105 - São normas complementares das leis e dos decretos:

I - Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - As decisoẽs dos órgaõs singulares ou coletivos de '

jurisdição administrativa do Município;

III - As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - Os convênios celebrados pelo Município com órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

Art. 106 - Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

I - Os atos administrativos a que se refere o inciso I do artigo anterior, na data de sua publicação;

II - As decisoes a que se refere o inciso II do artigo anterior, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

III - Os convênios a que se refere o inciso IV do artigo anterior, na data neles previstos.

Art. 107 - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I - A analogia;

II - Os príncipios gerais de direito tributário;

III - Os príncipios gerais de direito público;

IV - A eqüidade.

§ 1º - O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º - O emprego da eqüidade não poderá resultar na dispensa do tributo devido.

Art. 108 - Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - Suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - Outorga de isenção;

III - Dispensa do cumprimento de obrigaçoes tributárias

acessórias.

TÍTULO II

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

Art. 109 - A obrigação tributária é principal e acessória.

§ 1º - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º - A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objeto as prestaçoes, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º - A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I

Art. 110 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.

PARÁGRAFO ÚNICO - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

II - Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa da lei.

Art. 111 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestaçoes que constituem o seu objeto.

SEÇÃO II

SOLIDARIEDADE

Art. 112 - São solidariamente obrigados:

I - As pessoas físicas ou jurídicas, que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação tributária principal;

II - A pessoa jurídica de direito privado resultante de fusão, transformação ou incorporação, pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado ' fusionados, transformadas ou incorporadas;

III - A pessoa física ou jurídica de direito privado que ' adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial, ou profissional e continuar a respectiva exploração, ' sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

a) Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

b) Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão;

IV - Todos aqueles que, mediante concluio, colaborarem a sonegação de tributos devidos ao Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto no inciso II aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, ' quando a exploração da respectiva atividade seja ' continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

SEÇÃO III

CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 113 - A capacidade tributária passiva independe:

I - Da capacidade civil das pessoas naturais;

II - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens negócios.

III - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO IV

DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 114 - Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

I - Tratando-se de pessoa física, a sua residência ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

II - Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o lugar da sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

III - Tratando-se de pessoa jurídica de direito público qualquer de suas repartiçoẽs no Município.

Art. 115 - Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens da ocorrência dos atos fatos que derem origem à obrigação.

Art. 116 - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou deficulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do artigo anterior.

Art. 117 - O domicílio fiscal será sempre consignado nos documentos e papéis dirigidos às repartiçoẽs fiscais.

Art. 118 - Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio, no prazo do Regulamento.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

Art. 119 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato' gerador seja a propriedade, o domicílio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pelo' exercício do Poder de polícia Municipal, pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuição ' de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirintes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Art. 120 - São pessoalmente responsáveis:

I - O adquirinte ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, quando não haja, no instrumento respectivo, a prova de quitação de tributos;

II - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudição, limitada esta responsabilidade no montante do quinhão do legado ou da meação.

III - O espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 121 - Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infraçoes da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade,' natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 122 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea' da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

LANÇAMENTO

Art. 123 - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exiguidade suspensas ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 124 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Art. 125 - Quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, o lançamento opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Decorrido o prazo de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 126 - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Geral e nas declaraçoes apresentadas pelos contribuintes, na forma e épocas estabelecidas nesta Lei e em Regulamento.

Art. 127 - Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declaraçoes apresentadas pelos contribuintes ou responsáveis, e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributarios, a Fazenda Municipal poderá:

I - Exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes dos atos e operaçoes que possam constituir fato gerador de obrigaçoes tributária;

II -Fazer inspeçoes nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigaçoes tributárias ou nos bens que constituam matéria tributável;

III - Exigir informaçoes e comunicaçoes escritas ou verbais;

IV - Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartiçoes da Fazenda Municipal;

V - Requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências, inclusive de inspeção necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos a que se refere o inciso V os funcionários lavrarão termo de diligência, do qual constarão especificamente os elementos examinados.

Art. 128 - É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de base tributária, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente.

Art. 129 - Do lançamento efetuado pela Administração, será notificado o contribuinte, em seu domicílio tributário.

§ 1º - Quando o Município permitir que o contribuinte eleja domicí -

lio fora de seu território, a notificação far-se-á por via postal registrada com Aviso de Recebimento (AR).

§ 2º - A notificação far-se-á por edital, na impossibilidade de localização do contribuinte, ou em caso de recusa de seu recebimento.

Art. 130 - O prazo para pagamento ou impugnação do lançamento será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, pelo sujeito passivo.

Art. 131 - A notificação do lançamento conterá:

I - O nome do contribuinte, e seu domicílio tributário;

II - A denominação do tributo e o período a que se refere;

III - O valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;

IV - O prazo para recolhimento ou impugnação;

V - O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 132 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou precedida a revisão e retificação daqueles que contiverem irregularidades ou erro.

Art. 133 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - Impugnação do sujeito passivo;

II - Recurso de ofício;

III - Iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo anterior.

## CAPÍTULO II

## SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 134 - A concessão de moratória será objeto de lei especial, atendidos os requisitos do Código Tributário Nacional.

Art. 135 - Suspenderá a exiguidade do crédito tributário, a partir da data de sua efetivação ou de sua consignação judicial,

o depósito do montante integral da obrigação tributá - ria.

Art. 136 - A impugnação apresentada pelo sujeito passivo, bem como a concessão de medida liminar em mandato de segurança , suspendem a exiguidade do crédito tributário, indepen - dentemente de prévio depósito.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os efeitos suspensivos cessam pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte ao sujeito, passivo e pela cassação da medida liminar concedida em mandato de segurança.

Art. 137 - A suspensão da exiguidade do crédito tributário' não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigaçoẽs acessórias dependentes da obrigação ' principal ou dela consequentes.

CAPÍTULO III

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 138 - Extinguem o crédito tributário:

I - O pagamento;

II - A compensação;

III - A transação;

IV - A remissão;

V - A prescrição e a decadência;

VI - A conversão de depósito em renda;

VII - O pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no Art. 125 e seu Parágrafo Único;

VIII - A consignação em pagamento, nos termos do Art. 119;

IX - A decisão administrativa irreformável, assim entendida a ser objeto de ação anulatória;

X - A decisão judicial passada em julgado.

Art. 139 - Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão' arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito au

torizado pela Administração, na forma do Regulamento e no prazo estipulado no Art. 130.

Art. 140 - Os créditos tributários não pagos na data do vencimento terão o seu valor atualizado segundo os índices oficiais previstos, acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a lei não dispuser de modo diverso os juros de mora serão calculados do dia seguinte ao do vencimento e à razão de 1% (hum por cento) ao mês calendário, ou fração, calculados sobre o valor originário.

Art. 141 - O Poder Executivo poderá estabelecer em Regulamento, descontos pela antecipação do pagamento, nas condiçoẽs que estabeleça.

Art. 142 - A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - De recusa de recebimento, ou substituição deste ao pagamento de outro tributo, de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.

II - De subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal.

III - De exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

PARÁGRAFO ÚNICO - Julgada, procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda, julgada improcedente a consignação de todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 143 - O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo ou demais créditos tributários, nos seguintes casos:

I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou em valor maior que o devido, em face da legislação tributária ou da natureza ou circunstâncias materiais de fato gerador efetivamente ocorrido.;

II -Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito' ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III -Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão' condenatória.

§ 1º - A restituição de tributos que comortem, por sua natureza, ' transferência do respectivo encargo financeiro somente será' feita a quem prove haver assumido o referido encargo, no caso de tê-lo transferido a terceiros, estar expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º - A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na ' mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias' e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referentes a infraçoẽs de caráter formal.

Art. 144 - O direito de pleitear a restituição do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 120 da ' data de extinção do crédito tributário.

II - Na hipótese do inciso III, do art. 120, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão ' condenatória.

Art. 145 - Prescrever em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

administrativa que denegar a restituição.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

Art. 146 - O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada ' que apresentará prova do pagamento e as razoes legais ' da pretenção.

§ 1º - A importância será restituida dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da decisão que se tenha tornado definitiva na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

§ 2º - A não restituição no prazo definido, implicará, apartir de então, em atualização monetária segundo os índices oficiais e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (hum por cento) ao mês ou fração do mês.

Art. 147 - Após decisão irrecorrível favorável ao contribuinte, '' no todo ou em parte, serão restituidas de ofício ao impugnante as importâncias relativas ao montante do veredito tributário depositados na repartição fiscal para ' efeito de discussão.

Art. 148 - Fica o Executivo Municipal autorizado a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, nas condiçoes e sob garantias estipuladas em cada caso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido a 1% (hum por cento) ao mês ou fração, correspondente ao juro que decorreria entre a data da compensação e a do vencimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

Art. 149 - Fica o Executivo Municipal autorizado, a sob condiçoes' e garantias especiais, efetuar transação com o sujeito' passivo da obrigação tributária para, mediante conces - soes mútuas, resguardados os interesses municipais, ter minar lítigio e extinguir ocrédito tributário.

Art. 150 - O prefeito municipal poderá conceder, mediante autoriza ção legislativa remissão total ou parcial do crédito ' tributário, atendendo:

I - a situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância execusáveis do sujeito passivo, quando a matéria de fato;

III - as consideraçoes de equidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;

IV - as condiçoes peculiares a determinada região do território municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre ' que se apure que o beneficiário não satisfazia ' ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação' de beneficiário.

Art. 151 - O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário decai após 5(cinco) anos, contados:

I - Da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

II - Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em ' que o lançamento deveria ter sido efetuado.

III - Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vicio formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Art. 152 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos da data de sua constituição definitiva.

§ 1º - A prescrição se interrompe:

a) Pela citação pessoal feita ao devedor;

b) Pelo protesto judicial;

c) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

d) Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento de débito pelo devedor.

§ 2º - A prescrição se suspende:

a) Durante o prazo de concessão de moratória até sua revogação, em consequência de dolo ou simulação do benefi - ciário ou de terceiro em benefício daquele;

b) Durante o prazo de concessão da remissão até sua revogação, em consequência de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;

c) A partir da inscrição do débito em divida ativa, por 180 (cento e oitenta dias) dias, até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Art. 153 - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função, e independentemente de vínculo empregatício ou funcional responderá civil, criminal e administrativamente pela decadência ou prescrição de créditos tributários sob sua responsabilidade, ou que tenham ocorrido por sua omissão, cumprindo-lhe indenizar o Município dos valores correspondentes, devidamente atualizados pelos índices oficiais de atualização monetária adotados por esta Lei.

Art. 154 - São também causas de extinção do crédito tributário a decisão administrativamente irreformável, assim enten-

dida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial da qual não caiba mais recurso a instância superior.

CAPÍTULO IV

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 155 - Exclluem o crédito tributário:

I - A isenção;

II - A anistia.

PARÁGRAFO ÚNICO - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigaçoẽs acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Art. 156 - A isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, por disposição expressa de lei específica.

Art. 157 - A isenção será concedida expressamente para determinado tributo, com especificação das condiçoẽs a que deve se submeter o sujeito passivo, e salvo disposição em ' contrário, não é extensiva:

I - Às taxas e à contribuição de melhoria;

II - Aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 158 - A isenção pode ser concedida:

I - Em caráter geral, embora sua aplicabilidade possa' ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condiçoẽs peculiares;

II - Em caráter individual, por despacho da autoridade' administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento dasqueèndiçoẽs e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§ 1º - Tratando-se de tributos lançados por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo deverá ser renovado '

antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de prover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direitos e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condiçoẽs ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 159 - A anistia abrange exclusivamente as infraçoẽs cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crime, contravenção ou concluio ou tenha sido praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou terceiros em benefício daquele.

Art. 160 - A anistiatiapode ser concedida:

I - Em caráter geral;

II - Limitadamente;

III - a) às infraçoẽs da legislação relativa a determinatributo;

b) ás infraçoẽs punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, jconjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) À determinada região do território do Município, em função de condiçoẽs a ela peculiares;

d) Sob condição do pagamento do tributo no prazo nela fixado, ou cuja fixação seja por ela atribuida à autoridade administrativa.

§ 1º - Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada caso, por despacho do Prefeito, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condi

çoes e do cumprimento dos requisitos previstos na lei' para a sua concessão.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condiçoes e ou não cumprira ou deixar de cumprir os requisitos para a ' concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

CAPÍTULO V

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 161 - Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e ' das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito' passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade' ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, executados unicamente os bens e rendas que a lei declare obsolutamente impenhoráveis.

Art. 162 - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Art. 163 - Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum ' departamento da administração pública municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará propostas em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos' devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrate ou concorre.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
C.G.C. 84.139.633/0001-75
Adm. VICENTE CORRÊA

TÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

FISCALIZAÇÃO

Art. 164 - Compete à Administração Fazendária Municipal, por seus órgaõs e agentes especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 165 - Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposiçoẽs legais excludentes ou limitativas do direito do fisco municipal de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes e responsáveis pela obrigação tributária, ou da obrigação destes de exibí-los.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservado até que ocorra a prescrição dos créditos tributáveis decorrentes das operaçoẽs a que se refiram.

Art. 166 - A autoridade da fiscalização municipal que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma e prazos deste Código e do Regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os termos decorrentes da atividade fiscalizadora serão lavrados, sempre que possível, em livro fiscal, extraindo-se cópia para anexação ao processo, quando não lavrados em livro, entregar-se-á cópia autenticada à pessoa sob fiscalização.

Art. 167 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informaçoẽs de que

disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - Os tabeliaes, escrivaes e demais serventuários de ofício;

II - Os bancos, casas bancárias, caixas Econômicas e demais instituiçoes financeiras;

III - As empresas de administração de bens;

IV - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - Os inventariantes;

VI - Os síndicos, comissários e liquidatários.

PARÁGRAFO ÚNICO - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informaçoes quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado e observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 168 - Sem prejuizo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 169 - Os agentes da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funçoes, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 170 - O procedimento fiscal tem início com:

I - O primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidores competentes, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto.

II - A apreensão de bens, documentos ou livros.

§ 1º - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos mais envolvidos nas infraçoẽs verificadas.

§ 2º - Iniciado o procedimento fiscal, terão os agentes fazendários, o prazo de 30 (trinta) dias, à concluí-lo, salvo quando o contribuinte esteja submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 171 - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigaçoẽs tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

## CAPÍTULO II

## PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I

Art. 172 - A Administração Municipal tem o prazo de trinta dias, contados do término do período de que dispõe o sujeito passivo para impugnação, para a prática dos atos processuais na esfera administrativa, relativas à exigência de créditos tributários.

Art. 173 - Os atos e termos processuais conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 174 - Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e excluíndo-se o do vencimento; só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 175 - A exigência do crédito tributário e as açoẽs ou omissoẽs do sujeito passivo que contrariem a legislação tributária serão formalizado em auto de infração destinto para cada tributo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando mais de uma infração à legislação de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de convição, no local da verificação da falta, e alcançará todas as infraçoẽs e infratores.

Art. 176 - O auto de infração será lavrado por servidores competente, no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:

I - A qualificação do autuado;

II - O local, a data e a hora da lavratura;

III - A descrição do fato;

IV - A disposição legal infrigida e a penalidade aplicável;

V - A determinação da exigência e a intimação para cumprimla ou impugná-la no prazo de trinta dias;

VI - A assinatura do autuante o a indicação de seu cargo, função e o número de matrícula.

Art. 177 - As incorreçoẽs ou omissoẽs verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que no mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e infrator.

§ 1º - Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa.

§ 2º - A assinatura do autuado poderá ser aposta no auto, simplesmente ou sob protesto, e, em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta arguida, nem sua recusa agravará a infração ou anulará o auto.

Art. 178 - Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá em livro fiscal do contribuinte, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e mensão especicada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

Art. 179 - Lavrado o ato, terão os autuantes o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

Art. 180 - Considera-se intimado o contribuinte:

I - Na data da ciência aposta no auto da declaração de quem tiver feito a intimação, se pessoal;

II - Na data do recebimento, por via ou telegráfica, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal-telegráfica.

III - Trinta dias após a publicação ou afixação do edital, se este for meio utilizado.

Art. 181 - Conformando-se o autuado com o auto de infração e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva lavratura, o valor das multas será reduzida de 50% (cinquenta por cento), e o procedimento administrativo tributário ficará extinto.

Art. 182 - Nenhum auto de infração será arquivado cancelada a multa fiscal, sem prévio despacho da autoridade administrativa.

Art. 183 - Poderão ser apreendidos bens imóveis, livros, documentos e mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária ou houver suspeita de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 184 - A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposiçoes legais.

Art. 185 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigi -

das, se for o caso.

Art. 186 - Os documentos apreendidos poderão ser devolvidos a requerimento do autuado, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 187 - O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária municipal e não for competente para formalizar a exigência, comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu chefe imediato, que adotará as providências necessárias dentro de 48 horas.

Art. 188 - A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento administrativo tributário.

Art. 189 - A impugnação mencionará:

I - A autoridade julgadora a quem é dirigia;

II - A qualificação do impugnante;

III - As deligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem.

Art. 190 - O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 191 - Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou outro servidor designado para que, no prazo de 10(dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razoes oferecidas.

Art. 192 - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§ 1º - A autoridade administrativa designará agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

§ 2º - O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegaçoẽs que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 193 - Não sendo cumprida nem impugnada a exigência de créditos tributários do Município, será declarada a revelia' e permanecerá o processo no órgão preparador pelo prazo de trinta (30) dias, para cobrança amigável do crédito, ressalvada a hipótese prevista no Parágrafo Único do ' Art. 213.

PARÁGRAFO ÚNICO - Esgotado o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido pago o crédito tributário, o órgão fazendário municipal, declarará o sujeito passivo' devedor remisso e encaminhará o processo à autoridade competente para inscrição em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

Art. 194 - O processo será organizado em ordem cronológica e terá' suas fólhas numeradas e rubricadas.

Art. 195 - O julgamento do processo compete:

I - Em primeira instância:

a) Aos Auditores Fiscais do Município ou, na falta' destes, o Chefe da Fazenda Municipal;

II - Em segunda instância ao Conselho de Tributos do Município ou, na falta deste, ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II

DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 196 - O processo será julgado no prazo de trinta dias, a partir de sua entrada no órgão incumbido do julgamento.

Art. 197 - Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará'

livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias.

Art. 198 - A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

§ 1º - A autoridade municipal dará ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Não sendo deferida a decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedendo o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 199 - Da decisão caberá recurso voluntário do sujeito passivo, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência do mesmo.

Art. 200 - A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão:

I - Exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo ou de multa de valor originário, não corrigido monetariamente, superior a 5 vezes o valor da Unidade Fiscal do Município;

II - For contrária, no todo ou em parte, ao Município.

SEÇÃO III

DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 201 - O julgamento pelo órgão de segunda instância far-se-á nos termos de seu regimento interno e/ou do Regulamento quando couber ao Prefeito.

§ 1º - O órgão competente dará ciência ao sujeito passivo da decisão de segunda instância, intimando-o, quando for o caso, a cumprí-la, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, no prazo de trinta dias, contados da ciências:

I - De decisão que negar provimento total ou parcialmente, a recurso voluntário.

Art. 202 - A decisão na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para ciência do despacho, as modalidades previstas para a primeira instância.

PARÁGRAFO ÚNICO - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 203 - Da decisão de última instância administrativa será dada ciência com intimação para que o sujeito passivo a cumpra, se for o caso, no prazo de trinta dias.

Art. 204 - São definidas as decisoes de qualquer das instâncias, uma vez que esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ófício.

Art. 205 - No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo cumpre à autoridade preparadora exonerá-lo, de ofício, das gravantes decorrentes do litígio.

SEÇÃO IV

DO PROCESSO DA CONSULTA

Art. 206 - Ao sujeito passivo à assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legalidade tributária, desde que feita antes de ação fiscal e segundo as normas desta lei e do Regulamento.

Art. 207 - A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 208 - Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo relativamente à espécie consultada, a partir da consulta até o trigésimo dia subsequente à data da ciência de decisão de primeira ou segunda instância, consideradas definitivas.

Art. 209 - A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 210 - A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizaçoẽs e penalidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e atualização monetária efetuando o pagamento ou o prévio, depósito administrativo das importâncias que se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação ao consulente.

Art. 211 - A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 60(sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentados em novas alegaçoẽs.

CAPÍTULO III

DÍVIDA ATIVA

Art. 212 - Constitui Dívida Ativa Municipal a definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4,320, de 17 de março de 1964, com as alteraçoẽs posteriores, a partir da data de sua inscrição feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Dívida Municipal abrange atualização monetária, juros e multas de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

Art. 213 - A Fazenda Municipal inscreverá em Dívida Ativa os débitos não liquidados no vencimento, a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte aquele em que foram cumpridas as formalidades do Capítulo II do Título IV deste Código.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o crédito municipal se encontra em vias de prescrever, a inscrição e demais providências de cobrança judicial serão imediatas, pelo órgão competente fazendário.

Art. 214 - Os créditos do Município serão cobrados amigavelmente antes de sua execução, nos termos do artigo 193.

Art. 215 - A inscrição suspenderá a prescrição para todos os efeitos de direito por 180(cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Art. 216 - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I - O mone do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II -O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

III - A origem, a natureza e fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - A indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - A data e o número da inscrição no Livro da Dívida Atíva;

VI - Sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto da infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 2º - O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3º - Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser comandada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

Art. 217 - A emissão de quaisquer requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade poderá se sanada até a decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 218 - O débito inscrito em Dívida Ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto no Art. 141, poderá ser parcelado em até 10(dez) pagamentos mensais e sucessivos, nos termos do Regulamento.

§ 1º - O parcelamento será concedido mediante requerimento do interessado, implicando o requerimento no reconhecimento da dívida.

§ 2º - O não pagamento de quaisquer das prestaçoẽs na data fixada, importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito.

CAPÍTULO IV

CERTIDOẼS NEGATIVAS

Art. 219 - A prova da quitação dos tributos, será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimentos do interessado, que contenha todas as informaçoẽs necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal, ramo de negócio ou atividade, e indique o perío-

do a que se refere o pedido.

PARÁGRAFO ÚNICO - A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10(dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 220 - Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação dos tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participanetes no ato pelo tributo proventura devido, juros de mora, a atualização monetária e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infraçoẽs cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 221 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e os acréscimos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

## CAPÍTULO V

## INFRAÇOẼS E PENALIDADES

Art. 222 - Constitui infraçoẽs toda ação ou omissão, voluntária ou não, que importe na observância, por parte do contribuinte ou responsável, de normas estabelecidas por esta Lei e por seu Regulamento, ou de atos administrativos de caráter normativo.

Art. 223 - Independentemente dos limites estabelecidos nesta Lei, a reincidência em infração da mesma natureza, punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar se-á mais de 20% (vinte por cento) do referido valor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se reincidência a repetição de infração a um mesmo dispositivo legal, pela mesma pessoa

física ou jurídica, no período de dois anos.

Art. 224 - As multas serão cumulativas, quando resultantes concomitantemente de não cumprimento de obrigaçoẽs tributária' principal e acessória.

Art. 225 - Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de segurança pública ' as providências de caráter policial necessário à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local através do encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração ' pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constitui crime de sonegação fiscal:

I - Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informaçoẽs que deva ser produzida aos agentes da Fazenda Publica, com a ' intenção de eximir-se total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer' adicionais devidos na forma da Lei;

II - Inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operaçoẽs de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelos fiscais; com a intenção de exonerar-se do pagamento ' de tributos devidos à Fazenda Pública;

III - Alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operaçoẽs mercantis com o propósito' de fraudar a Fazenda Pública;

IV -Fornecer ou emitir documentos graciosos ou ' alterar despesas, majorando-as com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sançoẽs administrativas cabíveis.

Art. 226 - São sujeitos à interdição temporária os estabelecimentos

comerciais, industriais ou de prestação de serviços ' que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, moralidade, e outros de interesse da coletividade, face à constatação pelo órgão ' competente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A liberação dos estabelecimentos infratores somente se dará após sanada na sua plenitude, a irregularidade constatada.

Art. 227 - Os tributos não recolhidos no prazo determinado, serão ' acrescidos de multas calculadas sobre o valor atualizado, nos percentuais seguintes:

I - 5%(cinco por cento) do valor devido, quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

II - 10%(dez)por cento), quanso o pagamento for efetuado ' depois de 30(trinta) dias até 60(sessenta) dias após ' o vencimento;

III - 15% (quinze por cento) do valor devido, quando o pagamento for efetuado depois de decorridos 60 (sessenta) ou mais dias, do vencimento.

Art. 228 - As infraçoẽs à legislação tributária serão punidas com as seguintes multas, aplicadas sobre o valor atualizado do ' tributo, se for o caso:

I - 100% (cem por cento) do valor do tributo, quando não tiver sido efetuada a respectiva escrituração;

II - 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo, quando embora tenha havido a escrituração do imposto devido, não foi efetuado o recolhimento;

III -10 vezes o valor da UFM, quando o sujeito passivo iniciar atividades sujeita ao ISS, sem a respectiva inscrição no Cadastro de Atividades Municipais: deixar ' de informar posteriores alteraçoẽs, ou, sendo proprietária ou titular de domínio útil, de imóvel, deixar '

de efetuar o respectivo registro no Cadastro Civil;

IV - 8 vezes o valor da UFM, quando ocorrer erro, omissão ou falsidade na declaração de dados feita pelo sujeito passivo;

V - 10 vezes o valor da UFM, ao sujeito que negar-se a prestar informaçoes ou por qualquer modo tentar embarcar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco, no desempenho de suas funçoes normais;

VI - 10 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que não possuir livros fiscais e documentos exigidos em lei ou regulamento;

VII -10 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que deixar de emitir nota fiscal ou outro documento exigido pela Administração;

VIII-10 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que deixar de apresentar ou se recusar a exibir livros, notas ou documentos fiscais de apresentação ou remessa obrigatória ao fisco;

IX - 5 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que na condição de contribuinte substituto, for obrigado a reter na fonte o imposto devido por pessoas físicas ou jurídicas de que trata o artigo 49 deste Código, sem que a retenção tenha sido efetuada;

X - 10 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que tendo efetuado a retenção na fonte prevista na lei, deixou de proceder ao recolhimento da referida importância, como contribuinte substituto;

XI -6 vezes o valor da UFM, ao contribuinte e à gráfica que encomendar e imprimir, respectivamente, documentos fiscais sem a prévia autorização da repartição fiscal;

XII-10 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que não mantiver sob guarda, pelo prazo determinado no artigo 152 de prescrição do crédito tributário, os livros e documentos fiscais;

XIII-5 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que permitir a retirada dos livros e documentos fiscais do estabelecimento, sem autorização do Fisco;

XIV -2 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que registre dados incorretos na escrita fiscal ou nos documentos fiscais;

XV - 5 vezes o valor da UFM, pelo exercício de qualquer atividade, sem o prévio licenciamento da Prefeitura.

XVI- 2 vezes o valor da UFM, ao sujeito passivo que emitir documento fiscal sem conter o número de inscrição do contribuinte;

XVII-2 vezes o valor da UFM, pela falta de declaração de dados obrigatórios;

XVIII-5 vezes o valor da UFM, pela sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

XIX - 6 vezes o valor da UFM, pela falta de comunicação, pelo sujeito passivo, do encerramento de atividades, ou comunicação após o prazo previsto no Regulamento, para cancelamento e baixo de inscrição;

XX - 5 vezes o valor da UFM, a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que infrigirem dispositivos da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias;

Art. 229 - Poderá ser autorizada a suspensão de licenças concedida a estabelecimento ou pessoa física ou jurídica, quando não estiverem sendo cumpridas as exigências do Município para o respectivo funcionamento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 230 - Os cartórios são obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de escritura de transferência ou venda de imóvel, comprovante do recolhimento do Imposto tratado no Art. 28; certidão de aprovação do loteamento e a enviar a Prefeitura dados das operaçoes, nos termos do Parágrafo Único do art. 17.

Art. 231 - O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar a Administração:

I - Título de propriedade da área loteada;

II - Planta completa do loteamento contendo, em escala que permita sua anotação, os logradouros,quadras,lotes,áreas ce-

didas ao patrimonio municipal;

III - Mensalmente, comunicação das alienaçoẽs realizadas, contendo os dados indicativos de adquirintes e das unidades adquiri - das.

Art. 232 - Consideram-se integradas à presente Lei as Tabelas que' a acompanham.

Art. 233 - Na fixação da base de cálculo dos tributos serão des - prezadas as fraçoẽse de cruzeiros Reais.

Art. 234 - Nos valores finais dos tributos, a serem pagos serão ' desprezadas as fraçoẽs de Cruzeiros Reais.

Art. 235 - Esta Lei será regulamentada por Decreto do Executivo ' Municipal, dentro do prazo de 60(sessenta) dias.

Art. 236 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ' e seus efeitos apartir de 1º de janeiro de 1994, revo- gadas as disposiçoẽs em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, em 30 de dezembro de 1993.

VICENTE JOSÉ CORRÊA NETO
Prefeito Municipal.

Vicente José Corrêa Neto
Prefeito Municipal
Eldorado do Carajás